trário à aprovação com alegação de inconstitucionalidade. Todavia, no tempo oportuno foi rejeitado o parecer do relator e designado para redigir o voto vencedor o nobre deputado Emídio que apresentou o voto vencedor que não vislumbrou quaisquer óbices ao seu acolhimento, sob o ponto de vista de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, culminando por manifestar-se, favoravelmente, à sua propositura com parecer nº 363, de 2019, do deputado Emídio de Souza (folhas nº 18 - 19). Sendo votado como voto vencedor no devido processo legislativo na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Prosseguindo seguiu para a Comissão de Educação e Cultura, que exarou a manifestação favorável a proposição com o parecer nº 236 de 2021, da produtiva deputada Leci Brandão (folhas nº 21 - 23).

Dando continuidade ao processo legislativo, a proposição adentra as colunas desta Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para exame dos aspectos previstos no art. 31, § 2º do Regimento Interno Consolidado (folha nº 27).

Na condição de relator designado, verificamos que não existem óbices de natureza financeira à implementação do objetivo pretendido, visto que é cabível em tese, através da presente propositura, instituir o Programa de Fomento ao serviço de Radiodifusão Comunitária para o Estado de São Paulo.

No que se refere à questão orçamentária, entendemos que o projeto não implica em redução de receita ou aumento de despesa para o Estado.

Diante o exposto, com a devida vênia, como legislador ordinário positivo e relator deste projeto de lei no processo legislativo nesta Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, manifestamo-nos favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 230, de 2018.

a) Marcio da Farmácia - Relator

Aprovado como parecer o voto: favorável.

Sala das Comissões, em 04/05/2022.

a) Gilmaci Santos - Presidente

Enio Tatto	Favorável
Dra. Damaris Moura	Favorável
Gilmaci Santos	Favorável
Marcio da Farmácia	Favorável
Dirceu Dalben	Favorável
Mauro Bragato	Favorável

DESPACHOS

DESPACHO DE COAUTORIA

PL 145/2022

Deferido o requerimento de coautoria do PL 145/2022.

Em 4/5/2022.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

DESPACHO DE COAUTORIA

PL 208/2022

Deferido o requerimento de coautoria do PL 208/2022.

Em 4/5/2022.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

DESPACHO

PROCESSO RGL 3384/2019

Arquive-se o Processo RGL 3384, de 2019.

Em 4/5/2022.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

Debates

27 DE ABRIL DE 2022
26ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, EDNA MACEDO, JANAINA PASCHOAL, TEONILIO BARBA LULA, TENENTE NASCIMENTO e CONTE LOPES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - ENIO LULA TATTO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - EDNA MACEDO
Assume a Presidência.
5 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - LETICIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência.
11 - CARLOS CEZAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - EDNA MACEDO
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o discurso da deputada Edna Macedo.
14 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - TEONILIO BARBA LULA
Assume a Presidência.
17 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - TENENTE NASCIMENTO
Assume a Presidência.
19 - TEONILIO BARBA LULA
Por inscrição, faz pronunciamento.
20 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
21 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
22 - TENENTE NASCIMENTO
Por inscrição, faz pronunciamento.
23 - MARTA COSTA
Por inscrição, faz pronunciamento.
24 - TENENTE NASCIMENTO
Assume a Presidência.
25 - MARTA COSTA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
26 - PRESIDENTE TENENTE NASCIMENTO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 28/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente na data de hoje, dia 27 de abril de 2022.

Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público que nos assiste. Cumprimento o deputado Coronel Telhada, na Presidência, deputado líder da Minoria, Dr. Jorge do Carmo, todos os funcionários da Casa e os telespectadores da TV Alesp e das redes sociais.

Sr. Presidente, hoje pela manhã eu estive na região de Parelheiros. Eu não sei se tem as fotos que mandaram aí para colocar. Primeiramente eu fui fazer uma visita a uma rua que está para ser asfaltada, que é um problema enorme na periferia. Lá é a subprefeitura de Parelheiros, deputado Dr. Jorge, e é aquela demora.

Um ano manda verba para fazer a guia e sarjeta, e depois tem que mandar verba para o asfalto. Foi feita a licitação, mas tem a burocracia e a população continua pisando no barro. Chove, e aí fica um transtorno enorme, problema do lixo para entrar e retirar, problema de perua escolar. E a população não consegue transitar.

Logo em seguida, eu fui participar de um encontro, um seminário do movimento de Saúde de Parelheiros e Marsilac. Juntaram entre 80 a cem pessoas lá e fui convidado por eles.

Convidaram umas 20 autoridades de todas as secretarias, todas as áreas da Saúde. Mas muito pouca gente vai nesse tipo de atividade. As autoridades, o secretário estadual da Saúde e o secretário municipal gostam de ir, deputado Telhada, quando a coisa é preparada para eles.

Quando eles vão visitar uma UPA ou um hospital na periferia, eles chegam lá e tudo está funcionando: o quadro de médicos está completo, o quadro de enfermeiros está completo e está tudo em ordem; o problema é quando eles saem, no dia a dia.

E esse encontro reuniu conselheiros, gestores de UBSs, UPAs, dos hospitais de Parelheiros, do Maria Antonieta, do Grajaú, mais gente do Fundão, da região de Parelheiros, da subprefeitura de Parelheiros.

É impressionante o que esse pessoal sofre, as condições em que esse pessoal trabalha, as condições em que a população vive, suas necessidades. O movimento de Saúde, o movimento popular, que são essas pessoas, primeiro, eles fazem uma luta, deputado Dr. Jorge - na zona leste não é diferente -, para você conseguir o equipamento público, que é muito difícil.

Desde a compra do terreno, na periferia, tudo é diferente. Eles lutam. Daí para construir o equipamento demora anos e anos, que é o que aconteceu com o hospital de Parelheiros, o Hospital do Grajaú, e o próprio Pronto-Socorro Maria Antonieta.

Mas, depois que inaugura, que se faz uma grande festa, que temos discursos, e a gente comemora, e a população comemora, e o movimento de saúde comemora, tem que continuar a luta, tem que continuar a reivindicação, a cobrança.

Aí são realizados encontros como esse para o equipamento funcionar, porque você vai lá à noite, vai de dia, vai no fim de semana, onde está escalado dez médicos, você chega lá, tem um médico, dois médicos.

Faltam profissionais, e esse era o grande debate no dia de hoje. Nesses equipamentos - que está meio generalizado isso, tanto no estado como na Prefeitura - está uma falta de remédio que é impressionante. Não tem remédios, aqueles remédios de uso contínuo. A população não tem.

E nessa região, um dos temas que eles estavam discutindo hoje, pasmem: apareceu e trabalhou uns dias lá, não sei quanto tempo, estou investigando, um médico falso. E lá é uma entidade. A Associação Saúde da Família que administra, é o gestor de toda aquela região.

Para você indicar um médico, uma enfermeira ou um profissional, você tem que preencher um cadastro. É burocrático, é enérgico. A gente recebe muitos pedidos desse tipo, a gente encaminha. Olha, preenche aquele cadastro, que em determinado momento eles podem te chamar.

Até hoje não chamaram nenhum que eu indiquei. Agora, como é que esse médico falso conseguiu preencher esse cadastro, passar por toda a burocracia e ir trabalhar lá em Parelheiros?

E aí vem a dúvida: será que se fosse numa área nobre da cidade de São Paulo, do estado de São Paulo esse médico falso conseguiria trabalhar? Não, com certeza não. Mas lá no fundão, escondido onde a imprensa dificilmente chega, ele foi lá e trabalhou.

Então, um apelo para que olhe mais para a periferia, mais equipamentos de saúde, mas também mais condições de trabalho, profissionais para trabalhar todos os horários de dia e de noite, e uma profunda investigação nesse médico falso que foi lá e trabalhou.

Quantas pessoas ele atendeu, quantas receitas ele deu, quantos remédios ele receitou para essas pessoas que foram atendidas? Quantos encaminhamentos ele fez? Tudo isso tem que ser investigado a fundo e punir os responsáveis.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Próximo deputado, Dr. Jorge Lula do Carmo. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Alesp, assessores que nos ajudam aqui cotidianamente, policiais militares; Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para dizer para V.Exas., para os deputados e deputadas, para a população paulista da importância que tem uma empresa pública do nosso Estado, que é a Sabesp.

A Sabesp é uma empresa do patrimônio do povo paulista que nós devemos sempre preservar. E nós sabemos que os governos do PSDB no estado de São Paulo têm a saga da privatização, sob o pseudo-argumento frágil e refutável de que aquilo que é público não é eficaz.

E eu posso, com muita certeza e convicção, discordar de que nem sempre. Pode até ser que algo que seja público realmente não seja eficaz. Eu sou contra a privatização, mas no caso da Sabesp, que é um patrimônio do povo paulista, eu sou radicalmente contra.

Nós estamos falando de uma empresa, patrimônio do povo paulista, como mencionei, que obteve, Sr. Presidente, no ano de 2021, 2,31 bilhões de lucro, ou seja, 136% acima do ano 2020.

E nós estamos falando de um período em que estivemos em pandemia, cerca de 13 mil funcionários diretos, além daqueles que são terceirizados, que dependem indiretamente da empresa Sabesp.

Dos 645 municípios do nosso Estado, a Sabesp atende cerca de 370 municípios do Estado, ou seja, a Sabesp tem quase meio século de existência e é uma empresa sólida, é uma empresa que tem lucro e que produz, que garante saneamento básico, portanto saúde, e não sei por que, ou melhor, não é difícil saber por que o governo do Estado, inclusive alguns dos pré-candidatos que se colocaram para 2022, são tão favoráveis à privatização da Sabesp.

Eu posso afirmar que o atual governador, Rodrigo Garcia, é a favor da privatização. Posso afirmar também que outro pré-candidato, Tarcísio de Freitas, também é a favor da privatização, mas posso também afirmar, posso também afirmar que aquele que eu acredito que pode ser o próximo governador do estado de São Paulo, que é o professor Fernando Haddad, não é, não será favorável à privatização dessa empresa, porque nós estamos falando de saneamento básico e saúde pública.

Por isso, eu estive ontem numa atividade do movimento - que está se incorporando e ganhando cada vez mais adesão dos funcionários, das pessoas que sabem da importância da empresa Sabesp - contra a privatização.

Nós sabemos que o Governo do Estado de São Paulo tem essa intenção e essa pretensão, mas certamente as pessoas, a população, sobretudo aqueles que mais precisam de investimento, de saneamento básico, de instalação de rede de água, de rede coletora de esgoto, não vão deixar que a Sabesp seja privatizada.

Este deputado, que, nessa atividade de ontem, estava representando a nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, aqui na Assembleia Legislativa, não medirá esforços.

Eu estou presidente da Comissão de Infraestrutura, comissão pela qual essa possível privatização pode passar, e nós faremos de tudo - o nosso mandato, a nossa bancada - para que a Sabesp, que é um patrimônio do povo paulista, não seja privatizada, isso porque nós estamos falando de saúde pública, de saneamento básico, de investimento e melhoria na qualidade de vida da população do nosso estado de São Paulo.

Então, os candidatos, pré-candidatos que têm essa intenção, saibam que, nesta Casa, esperamos que os deputados e deputadas desta Casa não tenham esse espírito, não pensem que aquilo que é patrimônio do povo paulista poderá ser entregue para o capital internacional.

Então, a Sabesp é um patrimônio nosso e nós não vamos deixar privatizar aquilo que foi construído e que é eficaz. Está demonstrado pelos dados e isso é notório para toda a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Próximo deputado, deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.)

Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Solicito que a Sra. Deputada Edna Macedo assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa fazer o uso da palavra.

* * *

- Assume a Presidência a Sr. Edna Macedo.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Com a palavra, o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sra. Presidente. Quero saudar todos aqui, deputadas e Srs. Deputados presentes no plenário, todos os assessores e funcionários presentes, os policiais militares aqui presentes, de nossa assessoria policial militar, e todos que nos assistem pela rede Alesp em suas casas, em todo o estado de São Paulo. Muito obrigado por nos acompanharem.

Eu quero aqui iniciar a minha fala de hoje, dia 27 de abril de 2022, uma quarta-feira, iniciando com um assunto que aqui em São Paulo é recorrente aqui na nossa cidade. Creio que em muitas cidades do interior nós temos esse problema: é o problema com a Cracolândia.

Nós temos aí a nossa Cracolândia. Até uma foto que fui eu mesmo quem fiz, que fiz essa foto aí outro dia em que eu passava ali pela Praça Princesa Isabel, que, aliás, virou um acampamento de "walking dead", de zumbis, a olho vivo ali.

Infelizmente, se você quiser passar com o seu filho, sua filha nessa praça, não faça isso; com a sua esposa, pior ainda, porque você vai ter problemas, porque ali está dominado pelos "crackentos", pelo pessoal da Cracolândia.

Aqui, nós temos uma matéria que foi feita pelo nosso prefeito de São Paulo, onde ele foi ouvido aqui nessa matéria. Diz o seguinte o Sr. Ricardo Nunes, nosso prefeito: que a prefeitura tem tomado atitudes junto com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Guarda Civil Metropolitana, mas que o número de pessoas na rua aumentou consideravelmente.

Em 2021, ou seja, no ano passado, nós tínhamos o número de 24 mil pessoas em situação de rua. Este ano, já se chegou a 31.800, quase 32 mil pessoas vivem, em São Paulo, nas ruas atualmente, e ele diz o seguinte: que a prefeitura de São Paulo tem um trabalho de acolhimento com 3.500 vagas em hotéis, mas isso é insuficiente.

Outra, nem todas essas pessoas querem se deslocar para os hotéis, elas não querem tratamento, não querem ser atendidas, elas querem ficar na rua usando droga. Por isso que eu falo que a única situação que resolve na Cracolândia é a internação compulsória, não existe outra forma, não existe outro método. Qualquer pessoa que venha a falar qualquer coisa diferente disso está enganando o povo, está mentindo para o povo.

Essas pessoas são doentes? Sim, por isso, precisam de um tratamento rigoroso. Elas, por si só, não se cuidarão. A pessoa não cuida do seu corpo, não cuida da sua saúde, você acha que ela está preocupada em sair do vício? Não está. Então ela tem que ser pega, tem que ser internada, tem que ser tratada, tem que ser acompanhada. Isso só vai ser resolvido com tratamento, com internação compulsória.

"O Coronel Telhada é sanitarista, o Coronel Telhada é fascista." Se querer cuidar das pessoas é ser fascista, então nós somos, porque nós queremos cuidar das pessoas. Nós temos crianças nessa situação, nós temos homens e mulheres, temos idosos nessa situação, e simplesmente, todo ano que se passa, nada é feito, só se aumenta, só se tomam atitudes paliativas, que não resolvem nada.

A única situação é a internação compulsória. O Brasil precisa mudar a sua lei, o Brasil precisa tomar vergonha na cara. Nosso sistema judiciário é uma pouca vergonha, porque ele nada faz para melhorar a situação do Brasil, ele simplesmente, a cada dia que passa, promove mais desajuste social.

No final da matéria se diz o seguinte, a Jovem Pan mostrou que os casos de roubos e furtos de veículos em São Paulo cresceu quase 13% nos últimos dois meses deste ano. Ao todo, foram 5.442 crimes ocorridos. É lógico, eles atacam o veículo, furtam bolsas, furtam toca-fitas, furtam tudo o que eles podem, celulares. Isso sustenta o vício dessas pessoas.

Então qualquer pessoa que venha aqui falar que "não, tem que ter tratamento", gente, tratamento é internação compulsória. Quem falar diferente disso, está querendo tapar o sol com a peneira.

Outra coisa que eu queria falar aqui - o tempo já está esgotando – é sobre uma atitude do STJ que considera ilegal a polícia revistar alguém sem fundada suspeita, uma atitude criminosa do STJ. Eu falei aqui que no Brasil a lei é feita para bandido. Aqui quem tem vantagem é bandido, é traficante, é assassino, é estuprador. Pai de família não é assistido pela Justiça, a polícia não é assistida pela Justiça.

Não adianta trocar comandante-geral, não adianta trocar secretário de Segurança Pública, não adianta trocar o delegado-geral, o que adianta é valorizar a polícia. Infelizmente, esse governo não tem feito isso ao longo dos anos.

Aliás, o que eles têm feito é engessado a polícia e continuarão a engessar a polícia, com câmeras no peito, com medidas totalmente antiprofissionais contra a polícia. Policial que toma a atitude de defender a sua vida ou de outra pessoa acaba sendo transferido, acaba sendo punido.

Então o governo, ao invés de ajudar a polícia, criminaliza a polícia e destrói a polícia. A Polícia Militar está em destroços, a polícia de São Paulo está em destroços. "Ah, mas tem viatura nova", "ah, mas tem colete", "ah, mas tem armamento".

Mas não pode usar porcaria nenhuma. De que adianta o policial estar com fuzil na mão se ele não pode usar o fuzil? A polícia está destroçada moralmente e profissionalmente, culpa do governo de São Paulo.

Ou o atual governador põe o negócio para funcionar, põe realmente para virar a situação, ou vai continuar essa porcaria que está a Segurança Pública. E o que acontece? O STJ faz isso.

Só para fechar, Sra. Presidente, lá na Bahia, em Vitória da Conquista, agentes da Polícia Militar abordaram um homem que dirigia uma moto com uma mochila nas costas, por entenderem que ele apresentava atitude suspeita.

Os policiais fizeram uma revista e descobriram com aquele indivíduo uma bolsa com 72 porções de cocaína, 50 porções de maconha e uma balança digital. Após a abordagem, ele foi preso e processado pelo Ministério Público baiano.

Aí que vem o problema. Segundo o relator do processo do STJ, o ministro Rogério Schietti Cruz, eu não sei o que esse cidadão tem na cabeça, o fato de os policiais terem alegado que o homem apresentava uma atitude suspeita não justificou a abordagem, uma vez que não estava caracterizada uma fundada suspeita, ou seja, uma suspeita embasada em indícios e elementos objetivos.

Gente, o que é suspeita? A suspeita é subjetiva, ela não é objetiva.

O que é "suspeita"? Eu estou na rua, numa viatura, cruzo com um indivíduo. Ele toma um susto quando vê a viatura. Ele começa a tremer quando vê a viatura. Ele desvia o caminho.

Isso me causa uma fundada suspeita de que aquele indivíduo está com alguma coisa. Vou averiguar e, de repente, deparo que ele é um traficante de drogas. Mas, segundo o ministro Rogerio Schietti Cruz, não é fundada suspeita. Sabe o que fizeram?

"Ante a ausência da descrição completa e precisa, pautada em elementos objetivos - só na cabeça desse ministro -, a classificação subjetiva de determinada atitude ou aparência, como suspeita, ou de certa reação ou expressão corporal, como nervosa, não preenche o 'standard' - eles gostam de falar difícil e, enquanto isso, o ladrão está na rua - probatório de fundada suspeita exigida pelo Art. 244."

Ou seja, como ele tomou essa atitude, o ministro Schietti, a sexta turma do STJ, de acordo com o que o ministro faz aqui, simplesmente travou o processo, colocou o traficante na rua. É isso o que a Justiça brasileira faz.

O policial prende, o delegado faz o flagrante, a Justiça vai lá e libera o preso. Aí vem falar que a Segurança está ruim? E vai piorar. A Polícia, engessada. A Justiça, colocando ladrão na rua. Traficante deitando e rolando.

Você pode pegar seu WhatsApp e, todo dia, abrir. Todo dia vai ter roubo, assalto e homicídio praticado por criminosos em São Paulo. Se essas pessoas forem presas, muitas vezes, são colocadas em liberdade com audiência de custódia. Essa é a realidade do Brasil, essa é a realidade do estado de São Paulo. Ou seja, como eu disse sempre aqui, nós choraremos lágrimas de sangue, porque a Justiça brasileira está do lado do criminoso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Nobre deputado Conte Lopes. (Pausa.) Nobre deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Nobre deputada Leticia Aguiar. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. LETICIA AGUIAR - PP - Obrigada, Sra. Presidente, querida Deputada Edna, prazer estar aqui em sua companhia. Cumprimentar a deputada Janaina Paschoal, aqui presente. A todos que nos acompanham pela galeria, boa tarde. E a todos que nos acompanham pela Rede Alesp de comunicação.

Venho a esta tribuna hoje, para falar um pouco do município de Jacareí. É um município que fica no Vale do Paraíba, um município que é muito importante para nós. Eu estive, nesta manhã, no município de Jacareí, acompanhando a aplicação de um recurso de emenda parlamentar de minha autoria, para a reforma das instalações da 2ª Companhia do 41º Batalhão de Polícia Militar do município de Jacareí.

Quero apresentar as fotos, para que vocês possam acompanhar comigo o momento dessa visita. Aí nas imagens, eu estou com apoiadores de Jacareí, a amiga Márcia, Vinícius, o Matheus Parmon. Também ali com a gente, nossa apoiadora de Jacareí, os policiais da 2ª Companhia fazendo as visitas das instalações, da reforma.

Fui muitíssimo bem recebida pelo querido capitão Paulo Henrique, que é o comandante da 2ª Companhia do 41º, e também com o Major Gomes, que agora assumiu interinamente o comando do batalhão. Boa sorte a ele, parabéns pelo trabalho. Aí está: a gente sempre tem essa preocupação em destinar os recursos para áreas essenciais, para áreas prioritárias.

A Segurança Pública, a Polícia Militar, é sempre uma área prioritária no nosso mandato. E o município de Jacareí, que tanto precisa de mais investimentos, na Segurança Pública, para poder proporcionar segurança para o cidadão de bem jacareiense.

Agradeço ao capitão Paulo Matias, Paulo Henrique, por nos receber tão bem lá. Fez um excelente trabalho na reforma das instalações. Onde os policiais estão se sentido também muito respeitados, muito valorizados, um ambiente salutar para trabalho, e para poder prestar esse serviço com ainda mais eficiência.

Tanto é que, após essa reforma, não apenas o comércio em volta se sentiu mais seguro como, de fato, os índices de criminalidade reduziram 60% após essa reforma que foi feita na 2a Companhia.

Então, isso é o resultado do que a gente sempre fala, a importância de a gente investir em Segurança Pública, investir nas nossas polícias pois o resultado vem para a população. Agradeço a todos de Jacareí pelo carinho.

É importante falar que, além da destinação para a área de Segurança Pública, nós também destinamos R$ 1.250.000 reais para Jacareí, para diversas áreas: para a reforma de escolas, para a pavimentação asfáltica da Olívia Mercadante - nós estivemos lá, e o recurso já foi entregue -, para a Santa Casa de Jacareí, para o Cepac, que cuida de pessoas com deficiência. Enfim, o nosso mandato sempre à disposição do povo jacareiense. Conte comigo. Aqui é trabalho.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Com a palavra, nobre deputado Gil Diniz. (Pausa.) Nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.)

Nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Nobre deputado Sargento Neri. (Pausa.) Nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Nobre deputada Márcia Lula Lia. (Pausa.) Nobre deputado Teonilio Barba Lula. (Pausa.) Nobre deputada Marta Costa. (Pausa.)

Passamos à Lista Suplementar. Delegado Olim. (Pausa.) Sebastião Santos. (Pausa.) Sargento Neri. (Pausa.) Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, nobre deputada Edna Macedo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia. Primeiramente, quero manifestar o nosso total apoio, deputada Edna Macedo, ao seu PDL que acaba com aquele decreto que acabou com a isenção da gratuidade das passagens, das tarifas, no transporte interestadual e também no metrô, na CPTM.

Um verdadeiro retrocesso, um ataque à dignidade humana dos idosos do estado de São Paulo. O PDL que V. Exa. apresentou é muito importante e tem que ter o apoio dos 94 deputados